



## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ *Gênero, Educação, Trabalho*

A chamada para o presente dossiê temático, originalmente intitulado **Representações Sociais de Gênero no âmbito da Educação e do Trabalho**, visava reunir publicações resultantes de reflexões e pesquisas teóricas e/ou empíricas que abordassem as representações como categoria de análise em articulação com a dimensão de gênero, nos campos da educação e do trabalho, posto que os marcadores de gênero fazem-se presentes na dinâmica das representações sociais – sistemas de significados, valores, ideias e práticas construídas e compartilhadas coletivamente.

A despeito de Gênero e Representações Sociais serem categorias imprescindíveis para analisar a educação e o trabalho, haja vista que as representações gendradas impactam os percursos formativos que encaminham para os diferentes espaços ocupacionais e profissionais, tal articulação entre gênero, representações sociais, educação e trabalho ainda é pouco contemplada na produção científica. Por conseguinte, foram poucos os artigos submetidos que trabalharam as representações sociais generificadas nos espaços formativos e laborais.

Desta forma, procedemos à ampliação do escopo deste dossiê – que tem caráter *multidisciplinar* e reúne textos de diferentes matrizes teóricas e abordagens metodológicas, provenientes de diversos campos disciplinares e áreas do conhecimento – acolhendo também interessantes artigos que versam sobre gênero no trabalho e na educação, ainda que não tenham adentrado o campo teórico ou analítico das Representações Sociais.

Contudo, visto que há aqui também artigos que trazem a discussão acerca das Representações Sociais, cabem algumas considerações sobre esse campo teórico articulado a Gênero para pensar os espaços educacionais e laborais. O gênero marca as representações das identidades nos campos da educação e do

trabalho; as representações sociais de gênero definem as identidades profissionais seja no contexto formativo seja no contexto da prática laboral. Aprende-se a atuar no exercício dos diversos trabalhos segundo modelos gendrados, representados e instituídos socialmente.

Na produção acadêmica que desponta na segunda metade do século XX, os Estudos de Gênero e de Representações Sociais representam rupturas paradigmáticas tanto em termos epistemológicos quanto de práticas sociais.

Para abordarmos os Estudos de Gênero, que datam do final da década de 1970, retomamos uma contribuição que ficou bem conhecida no Brasil, a da historiadora Joan Scott (1995), para quem o gênero pressupõe a organização social das diferenças sexuais, as relações de poder estabelecidas entre pessoas de diferentes identidades sexuais com supremacia do masculino. As relações de poder, de gênero, para legitimarem-se, tentam justificar as desigualdades por meio da naturalização e essencialização, no intuito de obscurecer o seu real caráter de construto social. Os estudos de gênero constituem-se justamente para desnaturalizar as relações sociais sexuadas e hierárquicas, para explicitar o seu caráter sociocultural e histórico que se materializa em quatro dimensões: simbólica, normativa, institucional e identitária.

Tendo em vista que este dossiê aborda a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo/gênero estabelecidas nos espaços formativos e laborais, destacamos também a vertente francesa contemporânea dos Estudos das Relações Sociais de Sexo que, transpondo uma ancoragem marxista, introduz a concepção sexuada das classes sociais. Assim, valemo-nos dos aportes tanto dos Estudos de Gênero quanto dos Estudos das Relações Sociais de Sexo, concordando com Oliveira (OLIVEIRA, 1997:7), que considera os dois termos altamente polissêmicos e não opostos: “Faço uso tanto do conceito de relações de sexo como de relações de gênero porque ambos são mediados pelo poder. Eles são o princípio organizador das práticas sociais”.

O trabalho tem sexo e gênero; não existe uma classe trabalhadora universal, homogênea, e as suas diferenças e heterogeneidades têm sido utilizadas para intensificar a exploração e o controle exercido sobre o conjunto

dos(as) trabalhadores(as), bem como para fragilizá-los(as) e debelar as suas possíveis resistências. A desigual divisão sexual do trabalho é arquitetada em desfavor das mulheres e de pessoas que transgridam a cisheteronormatividade.

Danièle Kergoat (2009) considera que apesar da divisão sexual do trabalho – uma forma específica da divisão do trabalho social – apresentar particularidades em cada sociedade, na quase totalidade das organizações societárias ela tem se assentado nos pilares da separação e da hierarquização, que são retratados em vários artigos deste dossiê.

A separação refere-se aos setores laborais exclusiva ou predominantemente ocupados por mulheres, que são menos valorizados e pior remunerados, embora as mulheres venham crescentemente ampliando a sua atuação em espaços tradicionalmente considerados masculinos. Já o contrário raramente acontece: os homens adentrarem os setores feminizados. E nos que agregam tanto trabalhadoras quanto trabalhadores, os homens encontram-se melhor posicionados.

O caráter gendrado da separação e hierarquização, assentado na realidade objetiva dos processos e práticas formativos e laborais, subjetiva-se na forma de representações sociais também generificadas. A Teoria das Representações Sociais, concebida no campo da Psicologia Social na década de 1960, e que posteriormente passou a integrar o repertório analítico de diversas áreas do conhecimento, é um bom instrumental para a análise e compreensão do gendramento das representações e práticas sociais.

Serge Moscovici, expoente desta linha teórica e analítica, define as representações sociais como forma de conhecimento primordial, socialmente elaborado e compartilhado, com a finalidade prática de conhecer o mundo e sobre ele atuar, dando respostas às demandas colocadas no cotidiano. Considera as representações sociais como conhecimento socialmente elaborado e partilhado, não apenas porque seus artífices sejam seres sociais, mas também porque “a representação é sempre social [...] é elaborada com categorias de linguagem ou códigos de interpretação fornecidos pela sociedade” (ARRUDA, 1991-1992, p. 124).

Contudo, é importante ressaltar que as representações sociais não são meros reflexos da realidade objetiva, mas produtoras de condutas e relações. Uma vez que representar é atribuir significações ao real, o sujeito cria simbolicamente o real na medida em que lhe atribui significados consoante a sua escala de valores individuais e sociais, visando fazer do desconhecido algo familiar, e a partir de então as suas práticas são orientadas pelas representações – elas são instrumentos para a ação.

Por conseguinte, o conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum ou pensamento natural, constituído a partir de experiências, informações e saberes preexistentes. “As representações sociais são modalidades de pensamento prático, orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal” (JODELET, 1984, p.9).

Ângela Arruda (2002) estabelece a ponte entre a teoria das representações sociais e as teorias de gênero, ao considerar que ambas representam uma transição paradigmática, e contestam um modelo único de racionalidade, bem como quaisquer binarismos – sempre redutores. Uma convencional racionalidade cartesiana não daria conta de apreender a multiplicidade de epistemes existentes, e tampouco a diversidade de formas de ser que não cabem nos estreitos limites do binarismo cisheteronormativo; não daria conta de traduzir a caleidoscópica e paradoxal realidade humana. Os Estudos de Gênero, das Relações Sociais de Sexo, das Representações Sociais enfrentam melhor esse desafio.

Os artigos que integram este dossiê caminham nessa direção, valendo-se das referidas vertentes teóricas, de forma articulada ou não, para pensar as relações sociais estabelecidas nos espaços da educação e do trabalho, em atividades e contextos diversos, com variados enfoques, inclusive o interseccional.

**Maria Rosa Lombardi** abre este dossiê, ilustrando os já referidos aspectos da separação e hierarquização presentes na divisão sexual do trabalho. Em *Os gêneros das TICs: os empregos e o protagonismo feminino* focaliza a atual configuração da presença feminina nas Tecnologias da

Informação e da Comunicação no Brasil, chamando a atenção, por meio de estatísticas, para a configuração ainda masculinizada das TICs. Mas ressalta a atuação de grupos ou coletivos femininos, que se caracterizam como espaços de resistência, dando voz a suas fundadoras e coordenadoras, bem como a contribuição da ONU Mulher para a igualdade de gênero. Alerta também para a necessidade de políticas públicas de gênero capazes de superar as defasagens existentes.

Em *Motivaciones de las niñas chilenas de educación secundaria para escoger áreas de profundización relacionadas com STEM*, texto resultante de uma dissertação de mestrado, **Katherine Quispe** e **Alejandra Montané** destacam as principais representações sociais vinculadas à área de Ciências Naturais, Tecnologia, Engenharias e Matemática (conhecida pela sigla em inglês STEM), como os possíveis estereótipos de gênero que afetam a motivação das meninas para escolherem determinadas áreas de estudo, as representações e os papéis das meninas em contextos educacionais, sua confiança nas próprias habilidades matemáticas e científicas, seus ambientes socioeconômicos, bem como as abordagens pedagógicas de gênero experimentadas em sua educação. As autoras destacam a relevância de olhar o que acontece nas primeiras etapas da escolarização, quando as meninas devem começar a escolher o que estudar.

Em pesquisa sobre *Tecnologias patenteadas por mulheres da Universidade Federal do Maranhão*, tema ainda pouco estudado da perspectiva de gênero e pouco visibilizado no Brasil, **Alexsandra Martins Ferreira de Abreu**, **Maria da Glória Almeida Bandeira** e **Antônio Francisco Fernandes de Vasconcelos** analisam a participação de mulheres inventoras nos pedidos de patentes depositadas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), destacando suas áreas de atuação. Seus resultados indicam que elas atingiram 51% dos registros de depósitos de patente na UFMA, seja em equipes exclusivamente de mulheres, seja em equipes mistas, fazendo-se presentes em 87% das 149 patentes analisadas. Suas áreas de atuação se concentram nas grandes áreas de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas (Farmácia; Nutrição e Farmacologia) e notadamente em

Química nas Ciências Exatas e da Terra. Assim, ao mesmo tempo em que ainda encontram desigualdades e barreiras de gênero nas áreas da ciência e tecnologia, elas demonstram participação ativa e contribuição importante no campo da Propriedade Intelectual.

As autoras do artigo *Os homens falam alto e eles te atropelam – O machismo (não só) discursivo no jornalismo político*, **Glória Rabay** e **Camila de Lima Bezerra**, também trazem um setor ocupacional que guarda as marcas históricas da exclusão feminina da política e do jornalismo. O texto aponta os desafios das mulheres nesse masculinizado campo de atuação, por meio de entrevistas com cinco experientes jornalistas atuantes no campo do jornalismo político, em João Pessoa, Paraíba, reveladoras das desigualdades vividas pelas mulheres na área.

**Mislene Aparecida Gonçalves Rosa** e **Daisy Moreira Cunha**, no texto *Competências Femininas? Desvelando o agir competente na atividade de costureira*, analisam, discutem e ilustram as competências constituídas nas esferas do trabalho reprodutivo e produtivo, no caso do ofício de costureira, um nicho ocupacional feminino. Através de pesquisa qualitativa, via observação de situações de trabalho e entrevistas com duas costureiras, as autoras evidenciam como os saberes constituídos pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, geralmente invisíveis, desvalorizados e naturalizados, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo, destacando a sua complexidade.

**Simã Catarina de Lima Pinto** contribui com um ensaio sobre *Corpo, tempo e trabalho: a apropriação da vida das mulheres na sociedade do desempenho*, baseado em múltiplos aportes. Os filosóficos articulam teorizações de Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, Michel Foucault e Byung-Chul Han. Os sociológicos abordam a divisão sexual do trabalho e a naturalização do dever de cuidar como feminino, a partir de estudos de Helena Hirata e Danièle Kergoat, Mila Cisne e outras/os. E os interseccionais enfocam o trabalho doméstico como o trabalho do “outro”, articulando gênero, raça e classe, destacando autoras do feminismo negro, como Bell Hooks, Angela Davis, Patrícia Hill Collins e Djamila Ribeiro. Ao desenvolver seu

argumento sobre a apropriação da vida das mulheres na sociedade do desempenho, a autora demonstra que a jornada de trabalho acumulado das mulheres é maior que a dos homens, de tal forma que a imposição do trabalho reprodutivo (invisibilizado e somado ao trabalho produtivo) implica a “extorsão de seu tempo, de seu trabalho e de seu corpo, dentro e fora do espaço doméstico”.

Em *Gênero, raça e classe na reforma da previdência social: interseccionalidade e o princípio da igualdade*, **Ariane Mantovan da Silva** e **Sidney Jard da Silva** trazem à tona um dos elementos anteriormente citados – os símbolos, as normas, as instituições e a subjetividade – que, para Joan Scott, estruturam as relações de gênero: os conceitos normativos que expressam as interpretações dos símbolos presentes em códigos diversos, inclusive na ordenação jurídica. Ao analisar a proposta de equiparação da idade e de tempo mínimo de contribuição nas aposentadorias entre mulheres e homens na reforma da previdência do atual governo, os(as) autores(as) elucidam como as políticas previdenciárias de cunho liberal reforçam e aprofundam as desigualdades de classe, gênero e raça existentes no mercado de trabalho.

A discussão de gênero no trabalho e na educação é contemplada, em perspectiva geracional, por **Aparecida Favoreto** e **Dyeniffer Jéssica Bezerra Parisoto** no artigo *Trabalho feminino e desigualdade de gênero: a partir da concepção de jovens*. Com base na aplicação de questionário, respondido por 145 estudantes do Ensino Médio de Cascavel, no estado do Paraná, as autoras procuraram verificar as mudanças e as permanências das desigualdades de gênero nas relações familiares e de trabalho dos(as) estudantes participantes da pesquisa. Apesar dos avanços apontados pelos(as) jovens, consideram que persistem muitas desigualdades de gênero, desde ambiente doméstico, e que a igualdade entre mulheres e homens ainda é uma meta a ser atingida.

O espaço da educação é ambiente privilegiado para refletir sobre as relações de gênero, para formar pessoas comprometidas com a erradicação de desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária. Entretanto, como demonstram **Ana Laura da Silva Castro** e **Leandra Domingues Silvério**, esse necessário debate tem sido cerceado. No artigo *Usos ideológico e político da categoria gênero: distorções que impactam o trabalho na/da educação e o direito de existir*, as autoras analisam o processo de aprovação da Emenda n. 83/2015 à Lei Orgânica do Município de Uberaba-MG, cujo dispositivo visou, no bojo do autoritarismo hoje vigente no país, impedir a inclusão curricular de temáticas relacionadas à categoria gênero nas escolas municipais. Elas ressaltam o caráter político de tal processo de despolitização, que reverbera no senso comum, e que tem como intuito eliminar o pensamento crítico e conservar uma moral tradicional, sob o viés de pretensa neutralidade.

O texto intitulado *Gênero nas representações sociais de estudantes de Pedagogia sobre identidade profissional e trabalho pedagógico*, de autoria de **Rafaela Maria e Silva Ferreira**, **Maria Eulina Pessoa de Carvalho** e **Maria Lúcia Vannuchi**, produto de uma dissertação de mestrado, prossegue na mesma direção, analisando o caráter gendrado dos espaços laborais e educacionais. A pesquisa empírica, quanti-qualitativa, baseada na abordagem estrutural das representações sociais, foi realizada com a participação de estudantes pré-concluintes do curso de Pedagogia da UFPB, mulheres na grande maioria, mas também alguns homens. A análise evidenciou a atuação do gênero como elemento constituinte de representações sociais, que corroboram a feminilização e feminização do magistério. A definição da identidade profissional pela sua própria representação social é, pois, construída em contexto formativo e de prática.

Outro artigo que usa o referencial teórico-metodológico das representações sociais nos estudos de gênero é o de **Edson Leandro de Almeida** e **Maria Eulina Pessoa de Carvalho**, intitulado *Elementos centrais e periféricos da representação social de masculinidade de estudantes do interior de Pernambuco*. Produto de uma tese de doutorado, nele o autor e a autora tratam das representações sociais de masculinidade entre jovens estudantes, de ambos os sexos, do ensino médio de cidades do Agreste e Sertão de Pernambuco, utilizando o teste de associação livre de palavras (TALP) e o

teste de centralidade, com base em Jean-Claude Abric e Pascal Moliner. A análise dos dados obtidos aponta que as palavras homem, machismo e força compõem o núcleo central das representações sociais dos 121 jovens participantes da pesquisa, a maioria mulheres. Contudo, apesar dessa evidente reprodução do estereótipo do macho forte, a análise traz problematizações interessantes, ao considerar as falas de sujeitos masculinos e femininos sobre o seu oposto, a fragilidade.

Estes dois últimos textos são produtos do projeto de pesquisa *Representações sociais das identidades profissionais e de gênero por estudantes de Pedagogia e Engenharia: um estudo comparativo na UFPB e na UFU*, financiado pelo CNPq (Processo: 437609/2018-9, Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018) e desenvolvido conjuntamente por duas das organizadoras deste dossiê. Agradecemos ao CNPq a oportunidade de desenvolver esta pesquisa colaborativa entre duas universidades federais de distintas regiões brasileiras.

Como palavras finais desta apresentação, queremos agradecer a todos(as) os(as) autores(as) que, com as suas pesquisas, reflexões e engajamento, contribuíram para a concretização deste dossiê.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Representações sociais: emergência e conflito na Psicologia Social. IN: Baptista, Luís Antônio Santos (org.) *Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Departamento de Psicologia, [s.l.] UFF, 1991-92, 1 (1): 115-131.

JODELET, Denise. Representation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (org.) *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. Texto mimeografado, traduzido por Marcelo Saldanha da Gama, Rio de Janeiro: FGV, 1988.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *socialização*. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER D. (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. In: \_\_\_\_\_; SCAVONE, Lucila (orgs.). *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71-99.